



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640197 - RS (2021/0013728-3)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : TIAGO DE SOUZA BOTENE
ADVOGADO : TIAGO DE SOUZA BOTENE - RS079302
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RICARDO DIRCEU HARTZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICARDO DIRCEU HARTZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 70084415835).

O paciente teve sua prisão preventiva decretada em decorrência de investigação de suposta prática de delito previsto no art. 155, §4º, I e IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta a carência de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar do paciente, porquanto estariam ausentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Destaca que a prisão do paciente seria desnecessária e arbitrária, tendo em vista a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão do paciente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos a comprovar a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública e para evitar a reiteração delitiva. A propósito, confira-se trecho do acórdão proferido pela Corte estadual (e-STJ fls. 160-161):

(...)

*Passando ao periculum libertatis traduzido no risco à ordem pública, este decorre da **gravidade concreta da conduta supostamente praticada mediante rompimento de obstáculo e comunhão de esforços e conjugação de vontades com terceiros, a denotar divisão de tarefas, premeditação e elevado poder de ofensa aos bens jurídicos tutelados.***

*Mais. Certidões cartorárias obtidas mediante acesso a sistema informatizado revelam que o **beneficiário registra condenações definitivas por crimes contra o patrimônio, contra a administração pública e do Estatuto do Desarmamento.** Ao mesmo tempo, há notícia de que **gozava de benefício executório** –*

livramento condicional – quando da suposta prática delitiva em questão, a revelar ausência de freios inibitórios e que, sob reduzido controle estatal, tornaria a delinquir. Assim, afigura-se provável que o beneficiário, solto, siga pondo em risco bens jurídicos tutelados, de modo que necessária a intervenção estatal como forma de preservar a ordem pública e evitar a reiteração de injustos –conclusão que não sofre alteração ante o fato de o delito pelo qual decretada a custódia cautelar tenha sido em tese praticado em dezembro de 2019, sem o emprego violência ou grave ameaça à pessoa.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência